

PROGRESSO TÉCNICO E AGRICULTURA FAMILIAR – IMPACTOS SOBRE A OCUPAÇÃO E A MIGRAÇÃO RURAL-URBANA NAS MICRORREGIÕES DE PATOS DE MINAS E PATROCÍNIO

Rômulo Gama Ferreira¹
Antonio César Ortega²

1. Introdução

O objetivo geral deste artigo é analisar o impacto da introdução das inovações tecnológicas – principalmente aquelas que afetam a produção leiteira e a cultura de café – sobre a agricultura familiar e como isto tem afetado o nível de pessoal ocupado nestas atividades e em atividades correlatas e a migração rural-urbana das microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio (MRPP).

Uma das principais particularidades da agricultura nas MRPP, diferentemente de outras microrregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) é a existência de uma grande concentração de agricultores familiares e que ocupam uma quantidade significativa da mão-de-obra. As MRPP também se caracterizam por terem sido pioneiras na adoção de políticas governamentais que viabilizaram a difusão do padrão tecnológico da Revolução Verde no Cerrado brasileiro e, portanto, as alterações decorrentes de novos padrões incorporados a ela, como a intensificação do processo de mecanização da agricultura do cerrado e o efeito de políticas públicas podem antever o que poderá ocorrer no desenvolvimento das demais regiões que fazem parte do Cerrado brasileiro³.

Nestas microrregiões, estudos anteriores apontam que a incorporação de novas culturas, como a soja e o café, e a readequação de outras ao padrão tecnológico da Revolução Verde, levou a um aumento da ocupação da força de trabalho nas décadas de 1970 e 1980, em atividades permanentes e temporárias. Porém, à medida que este processo foi avançando, com a introdução de novas tecnologias e técnicas de produção, o emprego rural passou a decrescer, principalmente o temporário (Ortega, Garllip & Jesus, 2003). Assim, é extremamente relevante incentivar a agricultura familiar ali instalada, através de políticas públicas federal, estadual e mesmo municipais⁴, para a geração de emprego e renda na região e para evitar um

¹ Mestre em economia pelo PPGE/IE/UFU. E-mail: romulorgf@ig.com.br

² Professor Adjunto do Instituto de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do CNPq. E-mail: acortega@ufu.br

³ O cerrado, em sua forma geral (há ainda o cerradão, o campo limpo e o campo sujo), ocupa 22% do território nacional e mais da metade do território mineiro e possui solos antigos, profundos e bem drenados, nutridos por ácidos de baixa fertilidade, com altos níveis de ferro e alumínio.

⁴ Como exemplos de políticas públicas para estas microrregiões, podem ser citados diversos programas de incentivo à agricultura familiar, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o Programa Banco da Terra e a constituição de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

agravamento do processo migratório rural-urbano via fatores de repulsão, ainda mais quando se considera que estes agricultores e principalmente seus filhos, se ocupam em tempo parcial nas colheitas da região, principalmente nas de café e, portanto, esta forma de reforçar a renda monetária tem sido ameaçada pelo processo de mecanização, pois esta atingiu a fase da colheita, que é a que mais demanda mão-de-obra temporária na região.

Nas MRPP há também um percentual significativo de agricultores familiares produtores de leite e, por isso, as transformações ocorridas na economia leiteira no período recente, como a ampliação das exigências de qualidade e, principalmente a introdução do transporte de leite granelizado, acabam afetando estes agricultores. Para atenderem determinadas exigências por um produto de melhor qualidade e assim conseguirem permanecer na atividade, devem incorporar progresso técnico em seu estabelecimento.

Portanto, não só a intensificação da mecanização na colheita de café, como a modernização da produção leiteira afeta também os agricultores familiares, o que vem repercutindo negativamente o nível de emprego destas microrregiões. De um lado, o impacto da mecanização da colheita pode ser crucial para o decréscimo do emprego temporário e, de outro, no caso do leite, as novas exigências podem fazer com que muitos agricultores fiquem marginalizados por não terem recursos suficientes para incorporar as inovações tecnológicas exigidas para a produção de leite e queijo e, nesta situação, eles teriam que ampliar a atividade em suas propriedades para poderem compensar a queda no rendimento provocada pelo desemprego na colheita.

Entende-se que para o caso da colheita de café, o fator de maior impacto seria a terceirização da agricultura, que permite que mesmo os agricultores de menor porte, como os familiares, possam se beneficiar do uso de máquinas e equipamentos agrícolas⁵ e, para o caso do leite, o impacto provém da não possibilidade de os agricultores menos capitalizados adquirirem o maquinário necessário para assimilar a nova tecnologia utilizada para transporte do leite, que se dá por meio da granelização refrigerada. Portanto, uma nova fase do processo migratório rural-urbano estaria em curso⁶, caracterizando-se por uma maior intensificação do

⁵ Para este caso, vale ressaltar que os agricultores familiares também deixam de empregar mão-de-obra temporária. Como são em grande número nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio, o impacto sobre o emprego é representativo.

⁶ O primeiro momento ocorreu tanto pelo intermédio da modernização da agricultura no cerrado brasileiro, que ao introduzir máquinas, melhorias genéticas e gerenciais, causou um decréscimo do emprego agrícola e das formas assalariadas de organização da produção, como pelos fatores de atração – e estes em maior peso –, no qual Ferreira (1998, p. 84) relata que parcela significativa da população se dirigiu para as cidades pólos da mesorregião do Alto Paranaíba (Uberlândia, Uberaba, Araguari e zona urbana de Patos de Minas) à procura de oportunidades favoráveis, abandonando o meio rural por não encontrar ali condições satisfatórias de sobrevivência e tampouco trabalho estável para obter uma remuneração fixa.

uso de equipamentos mecânicos, afetando não somente os empregados dos grandes estabelecimentos, mas também dos pequenos, ou seja, uma nova destruição de postos de trabalho pode afetar os empregados temporários, permanentes e também os filhos de agricultores familiares. Entretanto, no contexto atual, os trabalhadores expulsos das zonas rurais não têm como contrapartida o fator de atração das grandes metrópoles e, portanto, um maior movimento migratório em direção às zonas urbanas só tenderá a agravar os problemas gerados pela concentração urbana e os já elevados níveis de desemprego nas grandes metrópoles brasileiras.

Neste artigo faz-se também uma análise específica a partir da tese de Veiga (2000). Este autor considera que quando a estrutura agrária é baseada em estabelecimentos de agricultura familiar, a queda da ocupação primária decorrente da elevação da produtividade (que também expulsa população do meio rural), tende a ser mais do que compensada pelo aumento de iniciativas locais do setor secundário e principalmente terciário e os filhos dos agricultores, ao invés de intensificarem a migração rural-urbana, passam a exercer papel fundamental para a dinâmica econômica da região. Esse seria o caso das MRPP, que por ter uma estrutura agrária em grande parte formada por agricultores familiares, tem sido capaz de contrabalançar o processo migratório rural-urbano e, em muitos casos, até provocar refluxo da população urbana.

Para elaboração deste artigo, organizado em 5 seções, foram utilizados dados de Censos Populacionais, Censos Agropecuários, da Produção Agrícola Municipal, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), das tabulações especiais do convênio FAO/INCRA (2000) para a agricultura familiar e as tabulações do Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista de Patrocínio (NINTER). Os dados primários foram obtidos através de entrevistas qualitativas com os agricultores familiares das comunidades rurais e com os representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Patrocínio e de Patos de Minas.

2. A agricultura familiar das microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio-MG

As MRPP são um exemplo da heterogeneidade presente na agricultura brasileira. Nelas, convivem lado a lado agricultores que incorporaram todos os meios de produção do padrão tecnológico hegemônico e aqueles que vêm encontrando dificuldades, inclusive em subsistir. Os programas governamentais adotados nestas microrregiões privilegiaram os indivíduos com espírito empreendedor e aqueles provenientes do estado de São Paulo e do sul do país, de forma que os agricultores que ali já estavam instalados acabaram sendo marginalizados no processo de modernização do cerrado mineiro, muitos deles acabaram

vendendo suas terras e partindo para o trabalho assalariado ou saíram em busca de alternativas de emprego nas cidades pólos do TMAP. Entretanto, ressalte-se que as MRPP, no que diz respeito aos estabelecimentos agropecuários, são formadas por uma grande maioria de familiares e que vêm persistindo para não perderem suas terras, muitos deles com dificuldades para permanecerem no mercado e na iminência de abandonarem sua atividade.

Com base nestas informações, serão apresentados a seguir alguns dados a respeito da agricultura familiar das MRPP, principalmente aqueles relacionados à ocupação e ao seu grau de integração ao mercado, que são variáveis importantes no que concerne à geração de renda e emprego rural por este segmento social. Para tanto, os dados estão baseados no estudo formulado pelo Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000), que foram elaborados a partir dos resultados do Censo Agropecuário 1995/96. Este estudo delimita o universo dos agricultores familiares a partir de suas relações de produção, o que, segundo o documento, implica em superar a tendência de atribuir um limite máximo de área ou valor de produção à unidade familiar, evitando associá-la equivocadamente à “pequena produção”.

Nas MRPP, a elevada representatividade da agricultura familiar pode ser visualizada através dos dados apresentados pela tabela 1. Na microrregião de Patos de Minas, o número de estabelecimentos de agricultura familiar corresponde a 76,4% do total de estabelecimentos e na microrregião de Patrocínio a 65,1%. Nesta tabela também é perceptível a elevada concentração fundiária ali existente, pois os estabelecimentos de agricultura familiar da microrregião de Patos de Minas e de Patrocínio ocupam – apesar de serem a maioria – apenas 42,6% e 29,7% da área total⁷, respectivamente. Quantitativamente, pode-se dizer que as MRPP têm uma estrutura fundiária baseada principalmente em estabelecimentos de agricultura familiar, delineando um perfil diferenciado daquele encontrado no modelo de agricultura modernizada da mesorregião do TMAP, baseada em propriedades de tamanho médio e grande.

Nestas microrregiões ainda não se observa o que alguns autores vêm chamando de “transbordamento do urbano sobre o rural” para incentivar as atividades rurais não-agropecuárias. Assim, enquanto que em algumas regiões a elevação das ocupações rurais não-agropecuárias vem compensando pelo menos parcialmente a redução do volume das

⁷ O nível de concentração fundiária das MRPP, quando comparado com o restante do país, apesar de ser razoavelmente elevado, é um dos mais baixos, equiparando-se ao do estado de Santa Catarina, que com um índice de 0,646 faz dele o estado de menor concentração fundiária do país. Na microrregião de Patos de Minas, o índice de gini é de 0,624 e na microrregião de Patrocínio é de 0,634.

ocupações rurais agropecuárias⁸, no caso dessas microrregiões não se percebe que este movimento ocorre na mesma intensidade.

TABELA 1 – Participação da agricultura familiar, por número de estabelecimentos e área ocupada, nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio – MG (1995/96)

Microrregião	Número de Estabelecimentos		Área	
	Nº	%	Nº	%
Patos de Minas	7632	76,4%	348545	42,6%
Patrocínio	5455	65,1%	305857	29,7%
Total das MRPP	13087	71,3%	654.402	35,4%

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Elaboração do autor.

Obs.: Dados sobre agricultura familiar extraídos das tabulações especiais do Convênio INCRA/FAO

Um exemplo de agricultor familiar pluriativo nas MRPP é um dos pecuaristas entrevistados, que, além de cuidar de sua produção leiteira, é proprietário de um bar localizado na Mata do Silvano, no município de Patrocínio, e presidente de sua comunidade. Segundo o entrevistado, ele só fatura uma quantia mais significativa em seu bar no período da safra do café. Passado este período, ele afirma que ou todos ficam sem dinheiro, ou gastam na compra de insumos para o plantio da safra seguinte, fazendo seu faturamento cair consideravelmente. Assim, para este caso específico, tem-se uma atividade altamente dependente da dinâmica agropecuária da região.

Um dos entrevistados dentre aqueles que eram produtores de café, e cujo estabelecimento localiza-se no município de Patrocínio, afirmou ter muito interesse em investir em outras atividades, mas sua atividade não tem gerado renda suficiente para que ele possa aplicar em empreendimentos alternativos. Exemplos como este foram verificados ao longo do trabalho de campo e, evidenciam as conclusões do Projeto Rurbano, de ampliação das atividades rurais não-agrícolas¹⁰

Outro caso é o do município de Estrela do Sul, que possui vários projetos para a exploração do turismo rural. Neste município há muitos casarões históricos com mais de 200 anos e que foram tombados pelo Patrimônio Histórico de Minas Gerais, mas o município sequer possui hotel ou outro tipo de hospedagem, o que provavelmente é reflexo da falta de incentivos/recursos para viabilizar a introdução de novas atividades. Contudo, pelo menos no curto prazo, esta modalidade de atividade não-agropecuária, assim como outras atividades de recreação e turismo dependem muito mais da dinâmica da economia das zonas urbanas para que possa ter resultados, dado que é delas que provém as rendas que ali serão dispendidas.

⁸ Para mais informações a este respeito, consultar Graziano da Silva et. al. (2001).

⁹ Para mais informações a este respeito, consultar Graziano da Silva et. al. (2001).

¹⁰ O Projeto Rurbano vem sendo coordenado pelo professor José Graziano da Silva no IE/UNICAMP, desde meados da década de 1990, que identificou a ampliação das atividades rurais não-agrícolas no meio rural brasileiro.

O incentivo a novas atividades do meio rural passa a ganhar cada vez mais importância, pois se espera que elas, além de propiciarem o desenvolvimento das microrregiões, possa também absorver aquelas pessoas que perderam seu emprego em virtude da mecanização nas colheitas de café e mesmo aqueles agricultores que, por não terem conseguido se integrar aos mercados, acabaram vendendo suas propriedades. Para aqueles agricultores familiares que permanecem na sua atividade, estas novas atividades podem representar uma nova fonte para complementar o seu rendimento, uma vez que não terão mais como fazê-lo nas colheitas de café, dado que a mecanização desta fase do processo produtivo tem diminuído significativamente a demanda por trabalhadores temporários, o que tende a se agravar nos próximos anos.

Existe nas comunidades rurais das MRPP, um aspecto social interessante entre os agricultores familiares. Muitos deles executam outras atividades em favor de outrem, é o que eles chamam de “troca de dias”. A “troca de dias” é uma espécie de escambo de trabalho. Por exemplo, o agricultor trabalha um determinado número de horas ou dias para seu vizinho numa determinada data e, em troca disto, seu vizinho se prontificará a trabalhar por esta mesma quantidade de tempo quando o agricultor precisar de sua ajuda. Neste sentido, nota-se que na agricultura familiar ainda se preservam formas de relacionamento social mais harmônicas entre os indivíduos, que desfrutam ainda de uma vida em comunidade, diferente da tendência ao individualismo, como tem ocorrido nos centros urbanos mais consolidados.

A tipologia adotada pelo Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000) permite também estabelecer uma diferenciação socioeconômica entre agricultores familiares¹¹, ao qual verifica-se que nas MRPP estão presentes desde os agricultores familiares de maior grau de capitalização até aqueles que estão descapitalizados. Os agricultores familiares capitalizados da região estão bastante integrados aos mercados, participam das cadeias produtivas dos complexos agroindustriais mais desenvolvidos da região, como no caso do café, do milho, avicultura, suinocultura, produção de tomate e, para um bom número de produtores de leite. Além disso, mais recentemente o feijão passou a ser cultivado a partir da adoção de um padrão tecnológico e biológico, que requer o uso de irrigação e mecanização da colheita, além de insumos químicos.

A partir dos dados da Tabela 2, pode-se observar que entre os agricultores familiares das MRPP existe uma grande heterogeneidade que pode ser expressa através do grau de

¹¹ Esta tipologia baseia-se na renda total auferida pelos estabelecimentos. Desta forma, os agricultores familiares são associados aos tipos A, B, C e D que são, respectivamente, agricultores capitalizados, em processo de capitalização, em descapitalização e descapitalizados (INCRA/FAO: 2000).

integração ao mercado que possuem e que não confirmam, assim, o estereótipo criado sobre a mesorregião do TMAP, de uma região de agricultura dinâmica em que o padrão tecnológico da Revolução Verde foi amplamente disseminado e de que há grande integração dos agricultores em cadeias agroindustriais. De acordo com os dados, 49,6% dos estabelecimentos de agricultores familiares são integrados ou muito integrados aos mercados, enquanto que 49,1% deles são pouco integrados.

TABELA 2 - Número de Estabelecimentos de Agricultura Familiar, por grau de integração no mercado, nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio – MG (1995/96)

Microrregiões	Muito Integrados e Integrados		Pouco integrados		Grau de integração não identificado		Total de estabelecimentos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Patos de Minas	5885	50,5%	5.654	48,5%	125	1,1%	11.664	100,0%
Total micro de Patrocínio	2610	47,8%	2.749	50,4%	97	1,8%	5.456	100,0%
Total MRPP	8495	49,6%	8.403	49,1%	222	1,3%	17.120	100,0%

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Elaboração do autor.

Obs.: Dados sobre agricultura familiar extraídos das tabulações especiais do Convênio INCRA/FAO

Um dos problemas que reside sobre estes agricultores de baixa integração ao mercado, e provavelmente o mais sério, é o baixo rendimento de sua atividade¹². Os agricultores menos capitalizado e, principalmente seus filhos, são os mais propensos a buscarem formas alternativas de trabalho para contribuir no sustento da família, uma vez que a renda gerada pelo estabelecimento pode ser insuficiente para a subsistência de todos os membros ali instalados, tornando sua atividade economicamente inviável

TABELA 3 - Número de Estabelecimentos de Agricultura Familiar, por número e categoria de pessoas ocupadas, nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio - MG – 1995/96

	Microrregião de Patos de Minas		Microrregião de Patrocínio		Total MRPP	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Familiar	20831	88,10%	13833	88,50%	34664	88,30%
Parceiros	753	3,20%	739	4,70%	1.492	3,80%
Empregados Permanentes	1.648	7,00%	834	5,30%	2.482	6,30%
Empregados Temporários	105	0,40%	95	0,60%	200	0,50%
Outra condição	303	1,30%	123	0,80%	426	1,10%
Total	23.640	100,00%	15.624	100,00%	39.264	100,00%

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

Obs.: Dados extraídos das tabulações especiais do Convênio INCRA/FAO

O maior destaque, entretanto, cabe à quantidade de pessoas ocupadas nos estabelecimentos de agricultura familiar das MRPP. Conforme a tabela 3, em 1995/96 estes estabelecimentos ocuparam quase 40 mil pessoas, o equivalente a 69,6% do total de ocupados na produção agropecuária, reforçando a importância do fortalecimento da agricultura familiar para o desenvolvimento da região e para evitar um agravamento do processo migratório rural-

¹² Neste caso, pode-se considerar que parcela dos agricultores familiares pode ser formada por aposentados com renda própria, conforme estudo de Camarano (1999) ou mesmo por migrantes de retorno, sendo que parte deles pode ter pais da região de origem. A este respeito, ver Woortmann (1990).

urbano, principalmente aquele que ocorre por meio do abandono da atividade pelos filhos destes agricultores, que na grande maioria dos ocupados nestes estabelecimentos são os próprios familiares.

No que concerne à ocupação, a cafeicultura das MRPP exerce importante papel para os agricultores familiares da região e para os assalariados¹³. Os primeiros porque, além de formarem a grande maioria dos produtores de café, também se ocupam em outros estabelecimentos como temporários, complementando seus rendimentos; e os assalariados, porque seus rendimentos provêm exclusivamente desta atividade, e parte deles são empregados de agricultores familiares, pelo menos até o momento em que a mecanização não esteja acessível a todos eles. Entre estes temporários e assalariados também estão aqueles agricultores que, por não terem recursos para permanecerem na atividade, venderam suas terras, e hoje trabalham nas terras que antes lhe pertenciam. Como os dados acima são de meados da década de 1990, cabe alertar para o fato de que a intensificação do processo de mecanização do processo produtivo do café é um processo que ainda está em curso e este fenômeno, ao atingir completamente todas as fases, eliminará esta possibilidade do trabalho temporário e portanto, muitos agricultores familiares não terão mais este meio de complementar o seu rendimento trabalhando em outros estabelecimentos, fator que poderá influenciar negativamente o desempenho de sua atividade principal.

TABELA 4 – Pessoal ocupado (em nº de pessoas), por grupo de atividade econômica, microrregião e sexo – 1995/96

Grupo de atividade econômica	Brasil			Patrocínio – MG			Patos de Minas – MG		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Lavoura temporária	6.780.702	4.497.062	2.283.640	3.000	2.375	625	2.983	2.238	745
Horticultura e produtos de viveiro	300.206	201.531	98.675	325	233	92	1.061	717	344
Lavoura permanente	2.179.536	1.498.120	681.416	8.070	6.524	1.546	4.427	3.435	992
Pecuária	4.829.845	3.341.619	1.488.226	14.064	9.919	4.145	20.280	13.810	6.470
Produção mista (lavoura e pecuária)	3.156.290	2.004.870	1.151.420	5.713	4.098	1.615	7.009	4.672	2.337
Silvicultura e exploração florestal	543.887	343.103	200.784	206	182	24	59	43	16
Pesca e aquicultura	35.211	21.846	13.365	-	-	-	-	-	-
Produção de carvão vegetal	105.213	70.360	34.853	107	98	9	16	15	1
Total	17.930.890	11.978.511	5.952.379	31.485	23.429	8.056	35.835	24.930	10.905

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96

¹³ Para o caso dos assalariados, os impactos não ficam restritos às MRPP e demais microrregiões do TMAP, pois a colheita de café ocupa mão-de-obra temporária de outras regiões do país, como norte e nordeste de Minas Gerais, sul da Bahia, norte do Paraná e São Paulo.

¹⁴ De acordo com os dados do convênio FAO/INCRA, a pecuária leiteira é praticada em mais de 10 mil estabelecimentos de agricultura familiar das MRPP, ocupam cerca de 510 mil hectares e seu valor bruto da produção é de cerca de R\$ 43 mil.

A pecuária leiteira, além de ser a principal atividade agropecuária das MRPP¹⁵, é a que mais emprega mão-de-obra permanente na região. Na microrregião de Patrocínio, ela emprega quase 50% dos permanentes e na microrregião de Patos de Minas, 61,7% (tabela 4).

Pelos motivos expostos acima, torna-se fundamental compreender as transformações ocorridas no setor da pecuária leiteira – que também passou por um processo rápido de incorporação do progresso técnico – no período recente, de forma que seja possível avaliar os seus impactos sobre a agricultura familiar. Para tanto, na próxima seção será apresentada uma análise acerca das referidas transformações.

3. A intensificação do progresso técnico no contexto da agricultura familiar das microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio

À medida que o progresso técnico se intensifica, novas barreiras vão sendo criadas para a agricultura familiar, principalmente para aqueles estabelecimentos menos capitalizados e de baixa integração aos mercados, ou seja, os que podem estar na iminência de abandonar sua atividade ou participar marginalmente dos mercados, de modo a produzir fundamentalmente para o auto-consumo.

Considerando o processo de intensificação do progresso técnico na agricultura, esta seção baseia-se principalmente na análise das entrevistas realizadas com os agricultores familiares das comunidades rurais das MRPP, com o intuito de revelar os principais impactos decorrentes da intensificação do progresso técnico a que eles têm se submetido.

É pertinente destacar que parte destes agricultores familiar das MRPP, além de produzirem leite, cultiva outras culturas em seu estabelecimento, sendo que, em certos casos a produção de leite funciona como uma atividade secundária à sua atividade principal. Aqueles que têm o café como principal cultura, por exemplo, afirmaram que a sua produção leiteira funciona como uma espécie de proteção à sua renda, pois garante a eles uma receita mensal, o que não é o caso do café, cuja safra ocorre apenas uma vez por ano e, portanto, não garante ao agricultor que a renda auferida pela venda do produto seja suficiente para sustentá-lo no restante do período; isto sem contar que a produção de café está sujeita às variações da oferta no mercado internacional e às intempéries da natureza.

Em geral, os pequenos estabelecimentos operam a atividade leiteira como uma atividade de subsistência, baseada exclusivamente em mão-de-obra familiar. Estes estabelecimentos, por conseguinte, ficam isentos de muitos gastos, como os relativos à

¹⁵ De acordo com os dados do convênio FAO/INCRA, a pecuária leiteira é praticada em mais de 10 mil estabelecimentos de agricultura familiar das MRPP, ocupam cerca de 510 mil hectares e seu valor bruto da produção é de cerca de R\$ 43 mil.

contratação de mão-de-obra assalariada. Portanto, no curto prazo, os estabelecimentos menores resistem mais firmemente à crise do setor, enquanto os estabelecimentos maiores, devido à sua própria estrutura de custos apresentam menor resistência à queda da rentabilidade da atividade, abandonando-a com maior rapidez (Alves, 1999: 70).

O entrevistado da Fazenda Boa Vista, em Patrocínio, considera a pecuária é mais rentável do que o café, o que o fez direcionar todo seu investimento para a produção leiteira, o que não deixa de ser um risco, uma vez que quanto menos diversificada for a produção, maior é a exposição a crises setoriais específicas. Ele considera que é difícil conseguir uma qualidade boa para o café e isto acaba fazendo diferença no momento da venda.

Este mesmo agricultor considera que a maior dificuldade para a venda do café é o preço. Os compradores sabem quando os agricultores estão com dificuldades financeiras e se aproveitam do momento para explorá-los ainda mais, negociando a saca a um preço menor do que o praticado no mercado. Este agricultor, apesar de encontrar compradores para seu produto com facilidade, passa por um momento de dificuldade, pois afirmou que se ocorrer qualquer contratempo em seu estabelecimento, como uma chuva de granizo, ele não terá outra saída a não ser vender sua propriedade.

Outro agricultor, proprietário de um estabelecimento de 1,5 ha na Comunidade Rural de Poços do Chumbo, em Patos de Minas, prefere cultivar maracujá porque, segundo ele, dá menos prejuízo. Ele enumera diversas vantagens para este tipo de produção frente ao café. A primeira é que plantar café é muito trabalhoso e sua colheita ocorre apenas uma vez ao ano, ao passo que a safra do maracujá ocorre a cada 6 meses, sendo assim mais segura. Em segundo, os grãos de café só nascem depois de 2 anos do plantio, enquanto que os frutos do maracujá nascem a partir do 4º mês. E por fim, o lucro obtido com a venda do maracujá é superior ao do café, que por dar muita despesa, principalmente com produtos químicos e mão-de-obra, muitas vezes não é suficiente para cobrir os gastos do investimento.

Conforme os agricultores entrevistados, o rendimento deles tem sido suficiente para o sustento da família, mas há casos em que eles não têm estímulos para produzir. O depoimento de um deles ilustra bem essa situação: *“Progridir não progride não, não faz nada porque hoje em dia é custoso, mas para viver dá bem”*.

3.1 O caso dos agricultores familiares produtores de leite

O processo de modernização a que o setor lácteo foi submetido ao longo dos últimos anos está intimamente ligado às transformações nele ocorridas, que levaram a uma maior necessidade de incorporação de máquinas e utilização de insumos específicos, com o objetivo

de melhorar a qualidade do leite e tornar o produtor mais competitivo e foi fruto de uma conjunção de vários fatores ocorridos na década de 1990, que afetaram de forma direta e indireta toda a cadeia que envolve a pecuária leiteira. Estes seus resultados acabam afetando a dinâmica dos demais setores da região, ou mesmo outras regiões e municípios vizinhos, pois parte do dinamismo se deve à renda e aos empregos gerados pela produção leiteira, sendo que a variação destes últimos também afeta a dinâmica populacional.

Os mais afetados neste processo de modernização são, sem dúvida, os agricultores familiares menos capitalizados e de baixa integração aos mercados. Para estes restaram poucas alternativas: modernizarem-se ou serem excluídos do mercado. E é este o ponto no qual será dado maior ênfase na análise que se segue.

De acordo com Alves (2000, p. 23-24), devido à reestruturação ocorrida na economia leiteira na década de 1990, o setor atravessou uma crise que refletiu-se de forma mais direta na exclusão de um grande número de produtores, especialmente os pequenos, e na perda de mercado dos pequenos laticínios e cooperativas frente à liderança do capital estrangeiro. Os dados de Alves (2000, p. 73) mostram que, para o período 1985-1995, houve uma queda do número de produtores de leite que, apesar de pequena, é sinal de um processo de exclusão que ameaça a sua sobrevivência e que é produto destas transformações. Através dos dados da Leite Brasil/CNA-Decon/CBCL/EMBRAPA Gado de Leite (2003), verifica-se que no período 2000-2002, as 15 maiores empresas de laticínios do Brasil tiveram uma recepção anual de leite praticamente constante, mas o número de produtores que fornecia leite a elas decresceu 22,1% em apenas 3 anos, o que tem levado a uma grande concentração da produção entre os maiores produtores¹⁶.

O atendimento das exigências propostas pelo PNQL envolve a incorporação de tecnologias antes inexistentes¹⁷, não tendo assim capacidade para absorver a totalidade dos produtores de leite. Há aqueles que, por deficiência no manejo do rebanho e/ou falta de capital para adquirir os equipamentos necessários, não têm acesso a esta tecnologia (Alves, 2000: 32-33). O problema é que isto atinge justamente os agricultores familiares mais descapitalizados e pouco integrados aos mercados que, por conseguinte, são os que mais encontram dificuldades para a venda do produto, recebendo um preço cada vez menor por litro de leite

¹⁶ Estes produtores têm uma média de produção diária acima de 500 litros por dia.

¹⁷ Entre as exigências estabelecidas estão a obrigatoriedade do resfriamento do leite nas fazendas e seu transporte a granel, o atendimento a requisitos básicos de sanidade e estrutura física para o acondicionamento do leite nas propriedades rurais. As exigências fizeram com que, na prática, o processo de modernização ocorresse de maneira ainda mais rápida que a preconizada pela legislação (Martins, 2003: 2).

comercializado, ainda mais diante de um processo de modernização em que os laticínios passam a diferenciar o preço de compra do produto pela qualidade e pelo volume de entrega.

Hoje, exige-se que o leite seja resfriado na propriedade logo após o término das ordenhas e transportado a granel até o local de beneficiamento. O resfriamento do leite é uma das medidas isoladas que exerce maior impacto sobre a qualidade do leite imediatamente após o término da ordenha, pois inibe o crescimento e a multiplicação da maioria dos microrganismos no leite. O ideal é que o resfriamento ocorra a 4°C em um período de até duas horas após o término da primeira ordenha e que não ultrapasse a temperatura de 10°C quando da mistura com o leite da segunda ordenha (Costa, 2001: 5-6). Para Martins (2003, p. 2), a melhora da qualidade da matéria-prima envolve uma mudança radical nas formas de plataforma (contagem bacteriana, crioscopia, acidez, redutase, células somáticas, etc.), e introdução de normas de origem (animais controlados, refrigeração da propriedade, coleta a granel e ordenha mecânica).

Ao passo que novas exigências vão sendo introduzidas, novos mercados vão sendo criados, um deles é o mercado de tanques, que, segundo Costa (2001, p. 6), tem aumentado sensivelmente, principalmente nos anos de 1999 e 2000¹⁸. Em 1995 foram negociados 4 mil tanques, movimentando um valor de R\$ 37 milhões; em 2000, já foram negociados 14 mil tanques, movimentando um valor de R\$ 120 milhões¹⁹.

Uma saída encontrada pelos agricultores familiares que não conseguem atender às exigências do PNQL é destinar a sua produção para o mercado informal, que tem crescido muito nas duas últimas décadas, principalmente na de 1990. Como mostram os dados da tabela 5, houve um aumento de cerca de 6 milhões de litros de leite na produção nacional, entretanto, grande parte desta variação foi destinada ao mercado informal de leite, que cresceu nada menos que 159% de 1990 a 1999.

TABELA 5 – Produção Brasileira de Leite (em milhões de litros) – 1980 a 1999.

Ano	Produção Total	Produção sob inspeção	Leite informal (2)	Participação do leite informal	Crescimento do leite informal
1980	11.162	7.728	3.424	30,70%	-
1990	14.484	10.747	3.737	25,80%	9,00%
1999 (1)	20.591	10.932	9.659	46,90%	159%

1. Estimativa

2. Calculado por diferença

Fonte: IBGE 1980-95 e CNA/Leite Brasil 1996-99 Adaptado de Leite Brasil

¹⁸ Este aquecimento do mercado de tanques nestes últimos anos é um indicativo de que a intensificação da modernização da produção leiteira, assim como no caso do café, é um processo recente.

¹⁹ De acordo com a Revista Indústria de Laticínios (2002), a fabricante de máquinas e equipamentos para a agropecuária, a sueca DeLaval, contabilizou em 2001 um aumento de 20%, em relação a 2000, de pedidos de ordenhadeiras mecânicas e resfriadores.

Conforme a pesquisa da Rio Verde Associados (2001) sobre o consumo de leite informal, no TMAP, o meio de transporte mais comumente utilizado para transportar o leite no mercado informal – 46% dos casos – é a charrete/carroça, que leva o leite na porta da casa dos consumidores e que na maioria das vezes é acondicionado em vasilhas e até mesmo em garrafas “pet”. Mais da metade destes consumidores paga o leite mensalmente e pertence às classes de renda mais baixas da população. Curioso notar que o principal motivo para o consumidor na compra deste tipo de leite é a qualidade²⁰, seguida pelo preço e prazo de pagamento.

Há ainda uma outra parcela significativa de agricultores familiares que, ao não conseguirem se adequar às exigências da granelização têm destinado sua produção para o fabrico do queijo. No entanto, mesmo assim eles têm encontrando muitas dificuldades para vender o produto devido ao aumento da fiscalização. Por não conseguirem atender os requisitos sanitários e não possuírem inscrição no Serviço de Inspeção Federal (SIF), eles vendem sua produção para atravessadores a preços muito próximos à rentabilidade do leite *in natura* vendido aos laticínios. Essa industrialização do leite vem aumentando e hoje alcança aproximadamente 90% dos agricultores familiares, mas não pelas boas oportunidades de preços oferecidos a seus produtos e sim como consequência do aumento das exigências do setor. Para aqueles que não conseguem “granelizar” sua produção, uma das alternativas que resta é o processamento.

Isto fez com que os técnicos das EMATERs da microrregião de Patrocínio se empenhassem na tentativa de criar uma denominação de origem para o queijo – Queijo Minas – que vem, inclusive, sendo incentivada pelo governo estadual. Segundo os técnicos, há bastante entusiasmo por meio dos agricultores familiares, que vêem na proposta uma possibilidade de sobrevivência.

Segundo os agricultores familiares, outro fator que influencia no valor do litro de leite comercializado é o volume. Quanto maior for sua escala de produção, maiores são suas chances de obter melhores preços na venda do produto. Isto remete também à importância do associativismo entre os agricultores que, ao se unirem poderão ampliar a sua escala e aumentar a sua capacidade de negociação. Conforme Fernandes Filho e Alves (2000), os estabelecimentos que têm maiores chances de sobreviver no mercado são os que apresentam uma média de produção diária de pelo menos 100 litros, se não atingirem este volume

²⁰ A exemplo, os entrevistados pela Rio Verde e Associados (2001) disseram que este tipo de leite é mais puro do que o embalado.

difícilmente conseguirão viabilizar a adoção de novas tecnologias e permanecerem no mercado.

Um exemplo disto é o agricultor da Comunidade Rural da Mata do Silvano, no município de Patrocínio, que produz diariamente cerca de 80 litros de leite e acha inviável a aquisição da ordenhadeira e do tanque de resfriamento para uma produção tão pequena. Ele lamenta que está em desvantagem e que, se tivesse condições de produzir pelo menos 200 litros de leite por dia, poderia comprar o tanque de resfriamento e obter melhores preços na venda do produto²¹. Este agricultor é também proprietário de um bar. Provavelmente, se ele não tivesse uma atividade alternativa para sustentá-lo, poderia ser mais um agricultor excluído do mercado.

Segundo este mesmo agricultor, já existe em sua comunidade um produtor que está alugando um tanque de resfriamento. O aluguel é cobrado pelo volume de leite e custa de R\$ 0,02 a R\$ 0,03 por litro de leite. Este tipo de atividade é ainda muito recente, mas pode representar uma sobrevida aos agricultores familiares produtores de leite, permitindo a eles inclusive um preço muito melhor, que além de compensar o aluguel do equipamento, poderá mantê-los integrados aos mercados. De certa forma, isto tem uma certa relação com o que argumenta Carneiro (1998, p. 162):

“Nesta perspectiva, para ultrapassar a crise decorrente da modernização, o agricultor deve reinventar sua profissão demonstrando uma grande capacidade que lhe permitiria permanecer no campo. Inventando uma nova lógica de funcionamento da unidade produtiva e da distribuição da capacidade de trabalho, esta nova profissão se constrói sobre um novo referencial que não é mais inspirado pelo saber técnico do agricultor moderno”.

Ainda com relação à aquisição do tanque resfriador, o filho de um agricultor de Retiro do Cameleiro, no município de Patrocínio, considera que, além do problema do volume, seu pai tem receio em captar crédito porque não concorda em contrair dívidas, caso contrário, ele adquiriria o equipamento e aumentaria o volume de sua produção. O agricultor reivindica também a falta de um CEASA em Patrocínio, pois acha que é muito difícil ter acesso ao CEASA de Uberlândia e, assim, acaba entregando sua produção para atravessadores que lá comercializam seus produtos, recebendo um valor menor na venda de sua produção.

Entre aqueles que têm dificuldade de acesso ao crédito, um caso é a esposa de um agricultor de Poços do Chumbo, em Patos de Minas:

“A gente já teve vontade de comprar uma outra máquina, mas os juros são altos (...) quando for terminar de pagar, ela sai muito cara. Eu acho que se os juros estivessem

²¹ Este é também um caso, dentre vários, daqueles agricultores que sofreram o impacto da reestruturação das agroindústrias de lácteos, pois já foi fornecedor da Nestlé.

mais baixos, talvez nós tivéssemos adquirido uma máquina. Quando começa está num preço e quando termina está outro, aí é complicado. Se você compra num preço alto, você usa e depois de pouco tempo vai vender, vai na loja, ele perdeu o valor.”

Atualmente, sua produção é vendida para um laticínio de Lagoa Formosa. Quanto ao valor de venda do leite, a cooperativa de Patos de Minas tem pagado R\$ 0,36/litro, mas eles preferem vender a R\$ 0,43/litro para o laticínio de Lagoa Formosa. Ela e seu marido relatam que, caso conseguissem vender o leite para uma empresa de grande porte, o preço obtido seria ainda menor. Reconhecem que se atendessem a todas as exigências sanitárias, o preço do leite poderia chegar a R\$ 0,63 o litro. Outro obstáculo encontrado por eles é o valor do carroto, que atualmente custa R\$ 200,00 por mês. Por outro lado, os grandes estabelecimentos não pagam nada, a empresa compradora é quem arca com os custos de transporte neste caso.

Os agricultores que já venderam ou vendem leite para a cooperativa de Patos de Minas denunciam a existência de condicionantes para realizar a negociação. Para cada 3 litros de leite vendido, é necessário consumir 1 quilo de ração e esta tem que ser adquirida na cooperativa, que cobra preços elevados por este tipo de produto. Muitos deixaram de vender para a cooperativa por este motivo.

Considerando os impactos da modernização da produção de leite sobre o emprego, o conciliador do sindicato dos trabalhadores rurais de Patrocínio aponta que os produtores de leite também diminuem o número de ocupados. Com a mecanização, mesmo na pecuária, as fazendas que antes tinham três ou quatro tiradores de leite, após terem adquirido a máquina ordenhadeira, passaram a utilizar apenas um empregado para executar o serviço, ou seja, três deles foram substituídos pela máquina. O impacto não chega a ser tão grande quanto na colheita de café, mas é significativo.

Por outro lado, à medida que a mecanização passa a ser acessível aos agricultores familiares, seu tempo de não trabalho aumenta, permitindo que as famílias estabelecidas liberem sua força de trabalho para executar outras atividades que não aquelas ligadas diretamente à agricultura. Um exemplo concreto é o do agricultor da comunidade de Café Patense, em Patos de Minas. Este, aparentemente, um dos mais consolidados entre os entrevistados, afirmou que após a aquisição da ordenhadeira, além de ter conseguido melhorar a qualidade e a produtividade de sua produção leiteira, a máquina proporcionou uma melhor utilização do tempo, liberando-o para outras atividades.

A partir dos depoimentos destes agricultores e de alguns representantes institucionais, pode-se inferir que, no que concerne à modernização da produção leiteira, o impacto é mais sentido pelos trabalhadores permanentes do setor, que tiveram a demanda por força de

trabalho substituída pelas modernas máquinas ordenhadeiras. Do lado dos agricultores familiares, o impacto maior deve-se ao aumento das exigências por uma melhor qualidade do leite, que é fruto da introdução do PNQL e acaba sendo um obstáculo para aqueles menos capitalizados e de menor capacitação técnica, levando, inclusive, muitos deles a vender a sua produção para o mercado informal, seja através da venda do leite cru ou dos produtos processados, como queijo e doces de leite. Entretanto, assim como tem ocorrido com os agricultores familiares produtores de café, para aqueles que produzem leite, a terceirização via aluguel também tem viabilizado a utilização do maquinário necessário, como os tanques de resfriamento. Assim, os agricultores familiares vão encontrando meios para sobreviver no sistema capitalista pois, na atual conjuntura, como dizia Kautsky (1980), ou eles se incorporam às agroindústrias ou estarão sujeitos a serem eliminados pelas mesmas.

Assim, o desafio que estes agricultores familiares têm encontrado é conseguir uma inserção no mercado, mas para isto é necessário levar em consideração o fato de que, dificilmente este enfrentamento pode se dar de forma individual porque os mercados requerem escala, regularidade de oferta, qualidade e homogeneidade do produto, o que significa, quase sempre, ter que incorporar o padrão tecnológico hegemônico, de custos elevados, e cuja propriedade rural daquele segmento social nem sempre está apta a incorporar.

4. Impactos sobre a dinâmica populacional das microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio

Nesta seção, a análise centra-se na tentativa de compreender o movimento migratório rural-urbano e seus correspondentes fatores condicionantes nas MRPP. Para tanto, será levada em consideração tanto a metodologia oficial, adotada pelo IBGE, como a alternativa, proposta por Veiga (2001). É pertinente destacar que foi identificado um sério problema para quantificar o impacto que a mecanização da colheita de café, a introdução da ordenhadeira mecânica na pecuária leiteira e a intensificação do progresso técnico exercem sobre o movimento migratório rural-urbano. Como os fatos são demasiadamente recentes, não são passíveis de serem mensurados através dos últimos dados sobre a população, que são aqueles provenientes do Censo Demográfico do ano 2000. Assim, o esforço analítico se dá a partir da interpretação dos resultados alcançados na pesquisa, dos dados referentes ao número de ocupados e por meio das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

A população residente no ano 2000 na microrregião de Patos de Minas era de aproximadamente 232 mil pessoas e na microrregião de Patrocínio era de quase 184 mil pessoas. Segundo os dados do IBGE (tabela 8), na microrregião de Patos de Minas, a

população rural equivale a 16,4% do total e na microrregião de Patrocínio a 18,5% da população, esta última com uma proporção bem próxima daquela encontrada para a população brasileira, que atualmente está em 18,8%, o que valida a crítica feita por Veiga (2001) de que o Brasil é muito menos urbano do que se calcula, pois as MRPP são compostas em grande parte por pequenos municípios que estão muito longe de adquirirem as características urbanas²².

TABELA 6 - Total da população rural e taxa de participação sobre o total, por municípios e microrregiões - 1970 a 2000

Municípios	1970		1980		1991		2000	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Arapuá	3502	77,1%	2419	71,0%	1618	52,0%	1028	37,5%
Carmo do Paranaíba	14973	56,9%	9515	37,5%	7082	25,9%	5184	17,6%
Guimarânia	3254	58,6%	2356	43,3%	1786	31,1%	1371	21,5%
Lagoa Formosa	14939	77,5%	10623	60,5%	7319	45,9%	5445	33,4%
Matutina	3470	68,2%	2215	51,9%	1390	37,0%	1079	28,1%
Patos de Minas	31532	40,8%	22737	26,4%	15543	15,1%	12548	10,1%
Rio Paranaíba	5724	75,2%	6792	63,1%	4972	52,6%	5332	46,3%
Santa Rosa da Serra	3598	72,0%	1473	53,4%	1288	44,9%	1244	39,9%
São Gotardo	9858	53,4%	4785	27,6%	3177	16,1%	2108	7,6%
Tiros	10182	78,9%	6192	62,9%	4445	51,4%	2742	36,2%
Total Micro de Patos de Minas	101032	55,5%	69107	37,8%	48620	24,4%	38081	16,4%
Abadia dos Dourados	8004	78,7%	4949	61,8%	2980	45,9%	2519	39,1%
Coromandel	12686	61,9%	8822	42,1%	8456	33,9%	7191	26,2%
Cruzeiro da Fortaleza	1436	47,1%	1040	38,3%	599	19,6%	584	15,7%
Douradoquara	2362	72,2%	1277	60,1%	757	47,8%	652	36,5%
Estrela do Sul	5422	63,0%	3910	53,2%	3446	47,6%	1843	26,8%
Grupiara	1483	67,4%	535	39,4%	305	24,1%	217	15,8%
Iraí de Minas	3089	84,5%	2261	66,0%	2017	45,1%	1303	22,1%
Monte Carmelo	6898	33,3%	5191	19,3%	5173	14,9%	5668	12,9%
Patrocínio	14353	39,6%	13174	29,7%	13523	22,3%	10130	13,9%
Romaria	891	41,6%	623	22,0%	995	29,3%	1075	28,8%
Serra do Salitre	3952	69,4%	3369	53,5%	3059	38,3%	2786	29,7%
Total Micro de Patrocínio	60576	52,1%	45151	35,8%	41310	26,5%	33968	18,5%
Total das MRPP	161608	54,2%	114258	37,0%	89930	25,3%	72049	17,3%

Fonte: IBGE - Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Analisando-se pela metodologia oficial, observa-se nas MRPP uma rápida redução da população rural ao longo dos 30 anos compreendidos entre os censos de 1970 e 2000. Juntas, as MRPP tinham uma população rural de 161 mil habitantes em 1970, ao passo que no ano 2000 este número reduziu-se em mais de 50%, passando para uma população de 72 mil habitantes, o que fez com a taxa de participação da população rural sobre o total reduzisse de algo em torno de 53% para menos de 20%, implicando numa intensa e persistente migração rural-urbana.

Nota-se nestas microrregiões a existência do fenômeno estudado por Camarano & Abramovay (1999), denominado de masculinização do meio rural e constatado através da razão de sexos²³, que foi calculada para as zonas rurais de cada município das MRPP. Os dados da tabela 7 surpreendem pelo fato de os resultados serem muito superiores aos

²² Para se ter uma idéia, de acordo com Veiga (2003), em Portugal a lei determina que uma vila só pode ser elevada à categoria de cidade se, além de contar com um mínimo de 8 mil eleitores, também oferecer pelo menos metade dos seguintes equipamentos: a) hospital com permanência; b) farmácias; c) corporação de bombeiros; d) casa de espetáculos e centro cultural; e) museu e biblioteca; instalações de hotelaria; g) estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; h) estabelecimentos de ensino pré-primário e creches; i) transportes públicos e suburbanos; j) parques e jardins públicos.

encontrados por aqueles autores para o Brasil. A razão de sexos no meio rural brasileiro, que era de 1,04 em 1950, atingiu 1,09 em 1996, enquanto que na microrregião de Patos de Minas e Patrocínio, respectivamente, as razões de sexos em 1970²⁴ eram de 1,07 e 1,11 e atingiram 1,18 e 1,23 em 1996 e 1,21 e 1,23 no ano 2000. Isto significa que, dentre a população que fez parte do movimento migratório rural-urbano das MRPP, as mulheres seguramente formaram a parcela mais significativa do contingente migratório.

TABELA 7 - Razão de sexos nas zonas rurais dos municípios das microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio - MG (1970-2000)

Ano	Total micro de Patos de	
	Minas	Total micro de Patrocínio
1970	1,072	1,115
1996	1,181	1,238
2000	1,212	1,236

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970, 1996 e 2000.

Historicamente, nas MRPP, o principal fator de repulsão da população rural foi o processo de modernização da agricultura. Uma das conseqüências disto advém da intensificação da introdução da mecanização nas culturas da região, que resultou num decréscimo do emprego agrícola e das formas assalariadas de organização da produção. Neste caso, deve ser considerado também que os programas governamentais – PADAP, PRODECER e POLOCENTRO²⁵ – adotados a partir da década de 1970 foram excludentes para uma grande quantidade de agricultores da região, beneficiando apenas os que possuíam algum capital acumulado previamente, o que acabou fazendo com que muitos agricultores vendessem suas terras e migrassem em direção às cidades pólos da região do TMAP. Quanto ao fator de atração, verifica-se nas MRPP, que é o mesmo que desencadeou a migração rural-urbana no restante do país, porém ele se contrapõe aos fatores de repulsão. Ferreira (1998, p. 84) relata que a população se retira do meio rural da região por não encontrar ali condições satisfatórias de sobrevivência e tampouco trabalho estável para obter uma remuneração fixa e, por isso, se dirige para os centros urbanos à procura de oportunidades favoráveis.

Segundo Ferreira (1998, p. 109), o direcionamento da maioria dos migrantes para cidades-pólo como Uberlândia, Uberaba, Araguari, é uma das evidências da polarização exercida por essas cidades. As cidades menores que compõem as MRPP, em geral com as

²³ A razão de sexos é calculada através da divisão da população masculina pela população feminina.

²⁴ Não há nível de desagregação municipal no Censo Demográfico de 1950 para a quantidade de homens e mulheres por situação do domicílio, não sendo possível uma comparação direta.

²⁵ Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado e Programa de Desenvolvimento do Cerrado.

atividades econômicas voltadas principalmente para a agricultura, perdem população para estas cidades-pólo e não se constituem foco de atração de contingentes populacionais²⁶.

Conforme a tabela 8 abaixo, as cidades pólos da região tiveram taxas de crescimento populacional expressivas e, de fato, foram grandes absorvedoras da população que antes residia nas MRPP. A análise dos fluxos migratórios de Ferreira (1998, p. 108) aponta que a maior parte dos imigrantes, que se direcionaram para as cidades pólos da região, era proveniente das zonas rurais dos municípios menores do TMAP (dentre eles, os municípios das MRPP).

TABELA 8 – População residente e taxa média de crescimento geométrico dos municípios pólos da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – 1970 a 2000

Municípios		1970	1980	1991	2000
Araguari	Nº	64.190	83.519	91.283	101.974
	T.C. (% a.a.)	-	2,67	0,81	1,23
Uberlândia	Nº	126.112	240.967	367.062	500.095
	T.C. (% a.a.)	-	6,69	3,90	3,50
Uberaba	Nº	126.600	199.208	211.823	251.159
	T.C. (% a.a.)	-	4,64	0,56	1,91

Fonte: IBGE - Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Neste caso, o problema é que o contingente migratório que tem deixado o meio rural destes municípios é, em geral, formado por trabalhadores de baixa qualificação e, provavelmente, de baixa renda, que muitas vezes deixam de ser desempregados rurais para serem desempregados urbanos e, assim, agravando os problemas sociais já existentes nestes municípios pólos do TMAP, assim como tem ocorrido nas grandes metrópoles brasileiras. Mesmo quando estas pessoas encontram oportunidades, elas se ocupam em posições de baixa qualificação e baixo rendimento, e, portanto, como afirma Ferreira (1998, p. 106): *“permanecem na mesma ou em pior condição, com possibilidade de migrar novamente”*. Este é um dos principais motivos que justifica a importância do fortalecimento da agricultura familiar nas MRPP pois esta, além de ser a principal geradora de empregos no meio rural, pode estimular muitos filhos de agricultores a permanecerem na atividade, ao invés de migrarem à busca de oportunidades nos centros urbanos, evitando uma intensificação da migração rural-urbana.

Além do fortalecimento da agricultura familiar, a criação de oportunidades nas atividades não-agropecuárias nas MRPP pode ser fundamental neste contexto pois, conforme Klein (1992, apud Schneider, 2001: 13), elas exercem papel importante no alívio da pobreza rural e no estímulo de novas atividades econômicas no espaço rural, uma vez que as rendas

²⁶ Sobre os fluxos migratórios entre as regiões do estado de Minas Gerais, consultar também Brito & Souza (1995) e Carvalho et. al. (1998).

rurais não-agropecuárias ganham importância para a dinamização da economia local e para a diversificação das fontes de rendas dos agricultores, através do oferecimento de alternativas de inserção profissional.

Considerando-se a metodologia proposta por Veiga (2001), nas MRPP, o maior município e o único que pode ser classificado como um centro urbano é Patos de Minas, com uma população superior a cem mil habitantes. O segundo maior município é Patrocínio, que com uma população de 73,1 mil habitantes e densidade de 25,49 hab/km² pertence ao grupo dos municípios considerados rurbanos. O restante dos municípios são todos tipicamente rurais e tem população inferior a 50 mil habitantes e densidade demográfica abaixo de 80 hab/km², sendo que a maior densidade, a do município de São Gotardo, não passa de 33 hab/km² (tabela 9).

TABELA 9 – População e taxas de variação populacional – Minas Gerais e municípios das microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio - 1991 a 2000

	1991	2000	Variação 1991/2000		Densidade demográfica (2000)
			Nº	%	
Minas Gerais	15 743 152	17 866 402	2 123 250	13,5	30,46
Microrregião de Patos de Minas	199527	234444	34917	17,5	nd
Centros urbanos					
Patos de Minas	102945	123881	20936	20,3	38,79
Municípios rurais					
Arapuá	3113	2744	-369	-11,9	15,89
Carmo do Paranaíba	27358	29460	2102	7,7	22,52
Guimarânia	5739	6384	645	11,2	17,22
Lagoa Formosa	15949	16293	344	2,2	19,3
Matutina	3758	3838	80	2,1	14,76
Rio Paranaíba	9453	11528	2075	22,0	8,51
Santa Rosa da Serra	2867	3114	247	8,6	10,48
São Gotardo	19697	27631	7934	40,3	32,35
Tiros	8647	7571	-1076	-12,4	3,61
Microrregião de Patrocínio	155905	183721	27816	17,8	Nd
Municípios Rurbanos					
Patrocínio	60753	73130	12377	20,4	25,49
Municípios rurais					
Abadia dos Dourados	6492	6446	-46	-0,7	7,21
Coromandel	24954	27452	2498	10,0	8,32
Cruzeiro da Fortaleza	3068	3720	652	21,3	20,41
Douradoquara	1583	1785	202	12,8	5,7
Estrela do Sul	7233	6883	-350	-4,8	8,39
Grupiara	1265	1376	111	8,8	7,12
Iraí de Minas	4476	5903	1427	31,9	16,45
Monte Carmelo	34705	43899	9194	26,5	32,42
Romaria	3392	3737	345	10,2	9,26
Serra do Salitre	7984	9390	1406	17,6	7,26

Fonte: Censo Demográfico IBGE.

Da comparação destes resultados com os dados oficiais, resulta que a população dos municípios rurais das MRPP, por si só, corresponderia a mais de 50% do total²⁸, enquanto que pela metodologia atual a população rural não ultrapassa a casa dos 20%, ou seja, como aponta

²⁷ Isto sem considerar o município de Patrocínio, que é rurbano e a zona rural de Patos de Minas, o que elevaria em muito esta porcentagem.

Veiga (2001), aquelas microrregiões não são tão urbanas quanto se calcula e isto pode gerar sérias implicações para a adoção de políticas de desenvolvimento específicas para as zonas rurais, uma vez que elas acabam sendo tratadas em igualdade de condições no recebimento de políticas públicas e no planejamento municipal/regional, quando o ideal é que sejam consideradas as suas diferenças e reconhecidas suas respectivas características, ainda mais nas MRPP, cujo fator de maior destaque neste contexto é a predominância de estabelecimentos de agricultura familiar.

Assim, por esta metodologia, compreende-se que o processo migratório rural-urbano não foi tão intenso quando comparado com os resultados obtidos pelos dados oficiais e, além disto, na última década, a maior parte dos municípios rurais das MRPP apresentou taxas de crescimento positivas, muitos superando inclusive a taxa de crescimento do estado de Minas Gerais (tabela 10).

TABELA 10 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Populacional Anual por Municípios e Microrregiões – 1970 a 2000

Municípios	Taxas de crescimento (%)			Municípios	Taxas de crescimento (%)		
	1970/1980	1980/1990	1991/2000		1970/1980	1980/1990	1991/2000
Arapuá	-2,84	-0,82	-1,39	Abadia dos Dourados	-2,37	-1,89	-0,08
Carmo do Paranaíba	-0,35	0,68	0,83	Coromandel	0,21	1,61	1,07
Guimarânia	-0,19	0,48	1,19	Cruzeiro da Fortaleza	-1,16	1,11	2,38
Lagoa Formosa	-0,93	-0,87	0,24	Douradoquara	-4,23	-2,64	1,34
Matutina	-1,74	-1,15	0,23	Estrela do Sul	-1,57	-0,15	-0,56
Patos de Minas	1,09	1,64	1,06	Grupiara	-4,70	-0,65	0,93
Rio Paranaíba	3,52	-1,18	2,22	Irai de Minas	-0,64	2,46	3,11
Santa Rosa da Serra	-5,78	0,36	0,92	Monte Carmelo	2,64	2,35	2,67
São Gotardo	-0,64	1,18	3,83	Patrocínio	2,03	2,90	2,09
Tiros	-2,68	-1,17	-1,46	Romaria	2,84	1,65	1,05
				Serra do Salitre	1,01	2,18	1,97
Microrregião de Patos de Minas	0,05	0,80	0,84	Total Micro de Patrocínio	0,83	1,93	1,86
Minas Gerais	1,54	1,49	1,43				

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 (microdados) e resultados de 2000.

Quanto a intensificação do uso de máquinas colheitadeiras, se por um lado ela acaba criando condições para a melhora da produtividade e rentabilidade dos agricultores familiares que lançam mão dessa forma de colheita, por outro, impacta negativamente no emprego rural regional, afetando inclusive aqueles agricultores familiares que se empregam

²⁸ Isto sem considerar o município de Patrocínio, que é urbano e a zona rural de Patos de Minas, o que elevaria em muito esta porcentagem.

²⁹ Isto sem considerar o município de Patrocínio, que é urbano e a zona rural de Patos de Minas, o que elevaria em muito esta porcentagem.

temporariamente na colheita de café, que acabam perdendo parcela importante da complementação de sua renda.

Acontece que estes impactos não se restringem aos agricultores familiares, há uma grande massa de trabalhadores provenientes de outras regiões do país que se dirige para estas microrregiões exclusivamente para trabalhar na colheita de café. O conciliador do sindicato dos trabalhadores rurais de Patrocínio afirma que, dentre estes migrantes, aqueles que ainda conseguem oportunidades para trabalhar na cultura do café, muitas vezes acabam ficando na cidade, contribuindo para o crescimento populacional dos municípios das MRPP. Geralmente, os trabalhadores se reúnem e alugam uma casa e depois vão à busca de outras oportunidades de trabalho, sendo que a maioria deles tenta inserir-se em atividades como servente de pedreiro ou outras ocupações nas fazendas, trabalhando na brota, no plantio de café ou em serviços de capina. Normalmente eles vêm para trabalhar apenas na colheita, mas a intenção destes que ficam é aguardar a safra seguinte. Alguns até conseguem permanecer na fazenda executando outros serviços como capina, plantio e desbrota. Segundo o conciliador, existe até um bairro em Patrocínio chamado Serra Negra, em que cerca de 60% ou mais dos residentes são pessoas do norte de Minas e do sul da Bahia. Mas a grande maioria ainda permanece nas zonas rurais, morando nas fazendas, porque grande parte delas oferece alojamentos para estes temporários que vêm de fora. Estes últimos usualmente voltam para sua cidade de origem ao término da colheita, afirma o conciliador.

De acordo com a advogada do sindicato, estes trabalhadores são de uma classe baixa e aproveitam a época da safra para tentar ganhar algum dinheiro. Geralmente na entressafra eles sobrevivem com o rendimento obtido na safra, mas parte deles parte para outras regiões, fazendo o que a advogada chama de triângulo: *“eles vão para a cultura da cana, da laranja e vem para o café. Eles vivem nesse triângulo”*.

No que concerne à intensificação da mecanização da colheita de café, este ainda é um processo muito recente. No início, a mecanização não atingia todas as fases do processo produtivo, mas à medida que os instrumentos utilizados foram se modernizando, a mecanização foi avançando para outras fases e só recentemente passou a ser implantada na colheita, que é justamente a fase que demanda mais mão-de-obra nas MRPP, afetando principalmente os empregados temporários, sendo que grande parte deles é formada por migrantes de outras regiões, agricultores familiares menos capitalizados das MRPP e adjacências que trabalham para complementar seu rendimento, ou os filhos destes agricultores.

De acordo com os dados do NINTER e do CAGED/MTE, a queda do número de ocupados na colheita passou a ocorrer no ano de 1999, o que dificulta a análise empírica do movimento populacional que esta intensificação possa estar ocasionando, pois os últimos dados de contagem populacional são provenientes do Censo Demográfico do ano 2000, não sendo assim possível utilizar esta fonte de dados para verificar se a mecanização tem agravado ou não o movimento migratório rural-urbano na região, até mesmo porque este é um processo que ainda pode estar em curso. No entanto, vale alertar para o fato de que se nada for feito para contrabalançar os efeitos negativos do desemprego sobre estes trabalhadores, a tendência é que haja uma continuidade – pela metodologia oficial – ou um retorno – pela metodologia de Veiga (2001) – da migração rural-urbana em direção aos municípios pólos do TMAP.

Deve-se levar em consideração também que nas MRPP cerca de 50% dos agricultores familiares não estão integrados aos mercados. Se acaso eles permanecerem nesta situação, não terão condições de manterem-se na atividade por muito tempo, da mesma forma que seus filhos não se verão motivados a dar continuidade a uma atividade que não lhe propicie perspectivas favoráveis para seu futuro, pois como observa Carneiro (1996, apud Nunes, 2003: 47), numa situação de crise da agricultura familiar cresce a perspectiva dos jovens de se inserirem no mercado de trabalho urbano-industrial através do assalariamento, afirmando a condição de desvantagem da atividade agropecuária em relação às não agropecuárias, como também na lógica do repasse intersetorial de rendimentos da agricultura para a sociedade urbana.

Assim, foi observado na pesquisa de campo que a maior parte dos filhos “adultos” dos agricultores familiares já havia deixado os estabelecimentos. Os mais novos saíram para estudar. Dentre os filhos que tinham uma idade um pouco mais avançada, parte deles migrou para a zona urbana de Patrocínio e Patos de Minas e atualmente trabalha no centro comercial destas cidades, exercendo funções em serviços administrativos, atividades de comércio, serviços de doméstica ou trabalhando como zelador (a); outra parte migrou após o casamento, sendo que dentre estes alguns não estavam trabalhando na data da pesquisa. Houve casos em que ou os agricultores não tinham filhos ou estes eram ainda muito novos.

Houve ainda um caso específico em que o irmão do agricultor entrevistado havia perdido o emprego na cidade devido à terceirização ocorrida no processo de reestruturação ocorrido na empresa que ele trabalhava e acabou voltando para o estabelecimento porque o pai lhe cedeu um pedaço de terra para ele cultivar.

Do exposto, é perceptível que estes filhos de agricultores saem para trabalhar e acabam constituindo suas próprias famílias em outras localidades, rompendo tradições que antes eram comuns no meio rural, como a de dar continuidade ao cultivo da terra que pertence aos pais. Este processo vem contribuindo para a dissolução da comunidade doméstica e do modo familiar de produção.

5. Considerações finais

É possível constatar através deste nosso artigo a existência de dois momentos do processo migratório rural-urbano na mesorregião do TMAP. O primeiro momento ocorreu principalmente pelos fatores de atração e causou uma migração rural-urbana que teve como principal destino os municípios pólos daquela mesorregião e o segundo momento caracteriza-se por fatores de repulsão, como a intensificação da mecanização da colheita de café, a modernização da produção leiteira e a descapitalização e falta de integração aos mercados por parte dos agricultores familiares. Entretanto, neste segundo momento, as políticas públicas, para este segmento social, vêm contribuindo para um abrandamento da intensidade do fenômeno migratório rural-urbano nos municípios por elas beneficiados. Programas como o PRONAF, o Programa Banco da Terra, assentamentos de Reforma Agrária e a criação de programas de desenvolvimento municipal, implementados pelas Prefeituras das MRPP, inclusive com a criação de espaços de concertação social, através da constituição de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, para a formulação de Planos de Desenvolvimento, que tem contribuído inclusive para elevar o grau de organização das comunidades rurais.

Foi constatado, ainda, por meio da metodologia proposta por Veiga (2001), que a migração rural-urbana não foi tão intensa, e que na última década, a maior parte dos municípios rurais daquelas microrregiões apresentou inclusive taxas de crescimento positivas, superando até mesmo a taxa de crescimento do estado de Minas Gerais. Através das entrevistas realizadas constatamos, ainda, que os filhos dos agricultores exercem papel fundamental para a dinâmica econômica da região e poderiam contribuir para reduzir o processo migratório rural-urbano na medida em que fossem mais intensas as políticas públicas para o setor. Registramos, ainda, que a elevação da ocupação no meio rural para os jovens provocaria até mesmo um refluxo da população urbana em alguns casos.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Adriana Agrelli. *As transformações recentes na economia leiteira: impactos e perspectivas no plano das mesorregiões mineiras*. Uberlândia, IE/UFU, 2000. (Dissertação de Mestrado)
- BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Os emigrantes, Minas no contexto das migrações internas no Brasil. In: *Anais do VII seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1995.
- CAMARANO, Ana Amélia. *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- CARVALHO, J. A. M. de et. al. Minas Gerais, uma nova região de atração populacional? In: *Anais do VIII Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1998.
- FERREIRA, Ester William. *Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Características dos Fluxos Imigratórios (1980-1991)*. Uberlândia, IE/UFU, 1998. (Dissertação de Mestrado)
- GRAZIANO DA SILVA, J. et. al. *O fim do êxodo rural* [e-mail de José Graziano da Silva]. Endereço eletrônico: graziano@eco.unicamp.br. Recebida em 21/05/2001.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos agropecuários*. Vários anos.
- _____. *Censos demográficos*. Vários anos.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto, Proposta Editorial, 1980.
- KLEIN, E. *El empleo no agrícola en America Latina*. Documento de trabajo n° 364, Santiago, Chile: PREALC/OIT, 1992.
- NUNES, Emanuel Márcio. *As trajetórias de serra do mel e do projeto baixo-açu/RN: experiências de desenvolvimento com agricultura familiar*. Uberlândia, IE/UFU, 2003. (Dissertação de Mestrado)
- ORTEGA, Antônio César; GARLIPP, Ana Alice B. P. Damas & JESUS, Clésio Marcelino de. *Terceirização e emprego rural na agricultura do cerrado mineiro: os casos da mecanização no café e na cana-de-açúcar*. In: *III Seminário Novo Rural Brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 2003.
- RIO VERDE ASSOCIADOS. *Pesquisa do leite informal*. 2001. Endereço eletrônico: <http://www.bebaleite.com.br>. Acesso em 02/08/2003.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. (Tese de doutorado)
- VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Ed. Universidade/UFRGS: Porto Alegre, 2000.
- _____. *Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico*. 2001. Endereço eletrônico: <http://www.nead.gov.br>
- _____. *A concepção urbana do governo Lula*. 2003. Endereço eletrônico: http://www.econ.fea.usp/zeeli/artigos_valor/017_2003_07_09.htm Acesso em 24/07/2003.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v.7, n°1, p. 35-53, jan./jun, 1990.